

memória e esquecimento

O questionamento da interpretação da Lei de Anistia de 1979 no STF

Gabriel Dienstmann (dienstmannn@hotmail.com)

Orientadora: Carla Simone Rodeghero

Objetivo: Este trabalho pretende apresentar os resultados da pesquisa que desenvolvi como Trabalho de Conclusão de Curso em História, defendido em 2010.

Problema de pesquisa: Como a *memória* da luta pela anistia foi *enquadrada* e que *usos políticos* foram feitos do passado nas *disputas pela memória* geradas pela ocasião do questionamento da lei de anistia no STF, em 2010?

Referencial teórico: As reflexões trazidas pela crescente bibliografia acerca da luta pela anistia no Brasil; os conceitos de *enquadramento da memória* e *disputa pela memória*, de Michael Pollak, *usos políticos do passado*, de Henry Rousso, *Memórias divididas*, de Alessandro Portelli e *trabalhos da memória*, de Elisabeth Jelin.

Apresentação: Os recentes questionamentos acerca da interpretação da Lei de Anistia de 1979 têm sido marcados por uma expressiva disputa pela memória e por conflitos políticos a respeito da forma com que o Brasil lida com seu passado ditatorial. A validade da interpretação dada à lei de anistia no que se refere à sua abrangência aos torturadores foi recentemente questionada por diversas entidades e movimentos sociais, culminando numa ação impetrada pela OAB e julgada no Supremo Tribunal Federal em abril de 2010.

Fontes: Pronunciamentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e de entidades da sociedade civil no julgamento da ação no STF (transmitido na íntegra pela TV Justiça e disponível na Internet) e os documentos que integraram a matéria (disponíveis no site do STF).

Conclusões: A referência ao passado, para maior parte dos envolvidos no julgamento, serviu como o principal fundamento para a interpretação da Lei de Anistia. Entre outros resultados, a presente pesquisa conseguiu: analisar a forma com que cada um dos atores sociais envolvidos construiu sua narrativa sobre o passado de luta pela anistia; refletir quais os usos políticos que são feitos deste passado na ocasião do julgamento e quais os sentidos atribuídos ao termo anistia; analisar de que forma os discursos se inserem no enquadramento e nas disputas pela memória da luta pela anistia e da transição democrática no Brasil.

